

Controladoria-Geral da União**CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO****DIRETORIA DE RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
DISCIPLINARES****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

NOTIFICAÇÃO Nº 4/ CPAD 111460/CRG, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

A Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar (CPAD), designada pela

Portaria nº 3.756, de 14/11/2025, publicada no Diário Oficial da União nº 219, de 17/11/2025, Seção 2, p.

53, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 161 da Lei nº 8.112/1990, combinado com o

art. 256 do Código de Processo Civil, NOTIFICA, por meio deste edital, ALEXANDRE RAMAGEM

RODRIGUES, Delegado de Polícia Federal, matrícula PF nº 14.517, por se encontrar em local incerto e

não sabido, para dar ciência de que figura como acusado no Processo Administrativo Disciplinar nº

00190.111460/2025-39.

Em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, e nos termos do art. 238

da Lei nº 8.112/1990, combinado com o art. 24 da Lei nº 9.784/1999, concede-se o prazo de 10 (dez) dias,

a contar da publicação deste edital, para que o acusado especifique as provas que pretende produzir,

conforme art. 156 da Lei nº 8.112/1990. As manifestações devem ser encaminhadas para o e-mail:

dirap.pad@cgu.gov.br.

O acusado será orientado sobre como obter acesso aos autos do processo após contato com

a Comissão pelo referido endereço eletrônico.

IZAURA PEGHIM MERENDI
Presidente de Comissão

Ministério Público da União**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS****PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por restarem frustradas as tentativas de comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica a Sra. CONCEIÇÃO BICUDO DA ROCHA, CPF não localizado, genitora de Maurivan Bicudo da Rocha, comunicada do arquivamento promovido nos autos do PJe 0755578-58.2025.8.07.0001. Em caso de discordância, poderá submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar nº 75/1993.

Brasília, 14 de janeiro de 2026
MARCOS JUAREZ CALDAS DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 - UASG 200100**

Nº Processo: 005571/2025-41. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados em manutenção civil com fornecimento de mão de obra, material de consumo, materiais de reposição/adequações, ferramentas e equipamentos, para execução na sede da Procuradoria-Geral da República, seus anexos, representações em outros órgãos e nos imóveis funcionais administrados pelo Ministério Público Federal em Brasília. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 15/01/2026 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. c, Blocos de a a f - Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200100-5-90003-2026>. Entrega das Propostas: a partir de 15/01/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 29/01/2026 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Subsecretário de Licitações e Disputas Eletrônica

(SIASgnet - 13/01/2026) 200100-00001-2026NE000001

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

COOPERAÇÃO TÉCNICA/2026 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E A UNIVERSIDADE DE WISCONSIN-MADISON

Acordo de Cooperação Técnica entre o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria-Geral da República, e a UNIVERSIDADE DE WISCONSIN-MADISON. OBJETO: A cooperação mútua entre o MPF e a UW-Madison para a troca de informações e a produção de conhecimento por meio da execução de atividades de pesquisa científica e tecnológica que possam apoiar o monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e a implementação de políticas públicas voltadas ao combate do desmatamento ilegal nas cadeias de produção agropecuária, bem como apoiar atividades relacionadas à implementação de corredores ecológicos e à conservação da biodiversidade. DATA DA ASSINATURA: 07/01/2026. VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo de Prorrogação. SIGNATÁRIOS: ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO, Secretária-Geral do MPF, ROBERT GRATZL, Managing Officer at University of Wisconsin-Madison e, KÁTIA LEDA OLIVEIRA DE LIMA, Secretária Executiva da 4ª CCR do MPF. Documento PGR-00214049/2025.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026**

PREGÃO Nº 2/2026 (90002/2026) - UASG 200093

Nº Processo: 1.11.000.000806/2024-44. Numeração no Compras.gov nº 90002/2026.

Objeto: Pregão Eletrônico - prestação de serviços técnicos continuados, sob demanda, de manutenção preditiva, preventiva e corretiva para a Procuradoria da República no Município de Arapiraca-AL. UASG 200093. Total de Itens Licitados: 0001. Edital: 15/01/2026 de 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Juca Sampaio, 1800, Barro Duro, Maceió-AL. Entrega das Propostas: a partir de 15/01/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/01/2026 às 10h00 (horário Brasília-DF) no site www.gov.br/compras Cópia do Edital poderá ser obtida através dos sítios: www.transparencia.mpf.mp.br <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e www.gov.br/compras Informações Gerais: Deverão ser observadas as especificações do edital e anexos.

LEOPOLDO BARRETO CAVALCANTI
Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO**EXTRATO DE CONVÊNIO**

CONVENIENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO MARANHÃO - PR/MA e o CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO SÃO LUÍS - ESTÁCIO SÃO LUÍS. OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: 5 ANOS(S). DATA E ASSINATURA: 09/01/2026. ALEXANDRE SILVA SOARES/PROCURADOR DA REPÚBLICA/PROCURADOR-CHEFE DA PR/MA e LUIS CARLOS SILVA RIBEIRO, REITOR DA ESTÁCIO SÃO LUÍS. Processo Administrativo: 1.19.000.001473/2023-00.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0016-99, com sede na Avenida Brasil, nº 1877/1879, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG e o CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMEC BELO HORIZONTE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.298.309/0008-37, sediado(a) na Rua Rio Grande do Norte, nº 300, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG - CEP: 30.130-131. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino Vigência: 05 (cinco) anos. Data e assinatura: 14/01/2026. Exmo. Sr. CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, e a Sra. JULIANA ROSA BARBOSA MARTINS BORGES, procuradora da IBMEC. Processo Administrativo 1.22.000.000943/2021-52.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2025**

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, CNPJ: 26.989.715/0024-07. CONTRATADA: CHD ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA, CNPJ: 53.241.141/0001-62. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de reparos e serviços de manutenção preventiva e corretiva na edificação do Ministério Público Federal no município de São Pedro da Aldeia, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, seus anexos e projetos. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 1.30.001.006938/2024-14. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 90009/2025 PR-RJ. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Nota de Empenho nº 2025NE000404 em 03/12/2025. VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais). VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias (sendo 60 dias para execução e 30 dias adicionais para recebimentos), contados da data da assinatura da Ordem de Início dos Serviços (OIS), podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. DATA DE ASSINATURA: 18/12/2025. ASSINATURAS: Newton Levy Alvim Júnior - Secretário Estadual, pela Contratante, e Rodrigo Cezar de Siqueira - Sócio-Administrador, pela Contratada. APROVAÇÃO: Carmen Sant'Anna - Procuradora-Chefe.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR****EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Processo: 19.03.0000.0002456/2024-63 - MPM

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério Público Militar - MPM e a Secretaria de Defesa Social - SDS/PE e Polícia Civil de Pernambuco-PCPE. Objeto: Ampliar a cooperação técnica interinstitucional entre os parceiros, visando estabelecer formas de colaboração, com finalidade de ampliar as ações de articulação de proteção do patrimônio público, defesa da probidade administrativa, prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados, bem como a promoção de transparência da gestão na Administração Pública, por meio da atuação conjunta e do intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e do compartilhamento e desenvolvimento de tecnologias que aprimorem o processamento e a análise de dados, pesquisas e investigações, entre outras ações conjuntas de integração e intercâmbio que promovam eficácia e efetividade de suas atividades finalísticas. Data de assinatura: 16/12/2025. Vigência: 16/12/2025 a 15/12/2030. Assinam: Dr. Clauro Roberto de Bortolli, Procurador-Geral de Justiça Militar, pelo MPM, o Sr. Alessandro Carvalho Liberato Mattos, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, Ana Rachel Pinto Braga Romeira e o Dr. Felipe Monteiro Costa, Delegado Geral da Polícia Civil de Pernambuco.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO****AVISO DE ANULAÇÃO****PREGÃO Nº 90007/2025**

A Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região torna pública a ANULAÇÃO do Pregão nº 90007/2025, cujo objeto prestação de serviço de manutenção preventiva trimestral e corretiva em sistemas inteligentes de detecção e alarmes de emergência, iluminação de emergência, sistemas de combate e proteção contra incêndio por chuveiros automáticos (Sprinklers), hidrantes, mangueiras e extintores e sistema SPDA, no edifício sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, pelo Exmo. Sr. Procurador-Chefe, conforme relatório de Termo de Homologação do dia 13/01/2026.

Rio de Janeiro, 14 de Janeiro de 2026.

MARCELA PEREIRA ALVARO
Pregoeira



PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1/2026

Processo: 20.02.1300.0000283/2025-28. Contratada: EMPRESA SOLAR TRAFÓ TRANSFORMADORES LTDA. CNPJ 33.251.485/0001-45. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR A SECO DE 225KVA (COM MONTAGEM EM GABINETE EXISTENTE NO EDIFÍCIO DA PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB. Valor Total: R\$ 63.900,00 (sessenta e três mil e novecentos reais). Vigência: 09/01/2026 a 09/01/2027. Fundamento Legal: Pregão nº 90008/2025 - Lei 14.133/2021, Art. 28, I. Assinam: DANNIELLE CHRISTINE DUTRA DE LUCENA - PROCURADOR(A)-CHEFE DA PRT 13ª REGIÃO, pela contratante, juntamente com o Sr. ANTONIO CARLOS CASTELLANI, representante legal pela Empresa Solar Trafo Transformadores Ltda. Data da assinatura: 09/01/2026.

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICOS Nº 90006/2025-PR13

PGEA nº 20.02.1300.0000709/2025-69. A Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região/PB, torna público, por meio da Divisão de Administração-DA/Seção de Licitações, Compras e Contratos-SLCC, o RESULTADO do Pregão Eletrônicos nº 90006/2025-PR13, a saber: Empresa vencedora: SERVEBEM CONSERVACAO E LIMPEZA DE PRÉDIOS LTDA - CNPJ nº 15.309.324/0001-83, valores HOMOLOGADOS: Grupo 01 (itens 01, 02 e 03) - R\$ 399.360,00. Franclín de Sousa Santiago - Mat. 6005587-1, Pregoeiro/Agente de Contratação, Portaria n.º 3.2025, responsável pelo Julgamento.

João Pessoa/PB, 14 de janeiro de 2026.
DANNIELLE CHRISTINE DUTRA DE LUCENA
Ordenadora de Despesas

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

#TERMO_ADITIVO# Segundo Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 2/2022, pactuado o objeto de contratação de empresa para locação de salas comerciais, salas 1306 até 1311, imóvel comercial urbano, localizado na rua comendador gustavo paiva, nº 2789, bairro mangabeiras, para instalação dos gabinetes da sede provisória da Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª região, em Maceió-AL. com a empresa ANCAR - ADMINISTRADORES DE IMOVEIS, DE CONDOMÍNIOS E GE, CNPJ 13.938.116/0001-18. Processo: 20.02.1900.0000176/2022-37. Objeto do Termo: alterar o parágrafo segundo da Cláusula Quarta do Contrato original, bem como, resguardar o direito futuro ao reajuste do aluguel. Nova Vigência: 15/02/2027. Assinam: pela contratante, ADIR DE ABREU - Procurador-chefe da PRT 19ª Região, e pela contratada, Atila Pinto Machado Junior, Representante, em 10/12/2025.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

#TERMO_ADITIVO# Quinto Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 9/2021, pactuado o objeto de prestação do serviço continuado de vigilância patrimonial armada para a sede da Procuradoria do Trabalho no município de Arapiraca-AL, mediante a alocação de 2 (dois) postos de serviço, composto por 01 (um) posto de 12 x 36 horas diurno e 01 (um) posto de 12 x 36 horas noturno, de segunda a domingo com a empresa PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ 11.179.264/0007-66. Processo: 20.02.1900.0000051/2022-17. Objeto do Termo: alteração do Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima do Contrato Original, bem como, resguardar o direito futuro à repactuação. Nova Vigência: 31/12/2026. Assinam: pela contratante, ADIR DE ABREU - Procurador-chefe da PRT 19ª Região, e pela contratada, Edna Bezerra dos Santos, Responsável, e Ronaldo Gomes de Vasconcelos, Responsável, em 12/12/2025.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

#TERMO_ADITIVO# Quarto Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 1/2023, pactuado o objeto de prestação de serviços de chaves e carimbos da prt24ª. com a empresa SOBRAL-CHAVES E CARIMBOS LTDA ME, CNPJ 01.088.055/0001-68. Processo: 20.02.2400.0000916/2022-08. Objeto do Termo: O Contrato nº 01/2023 terá sua vigência prorrogada para o período de 26 de janeiro de 2026 a 26 de janeiro de 2027.. Nova Vigência: 26/01/2027. Assinam: pela contratante, CÂNDICE GABRIELA AROSIO - Procurador(a)-chefe da PRT 24ª Região, e pela contratada, Cicero Prado Sobral, Representante Legal, em 08/01/2026.

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 56/2025
Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e ALIA SILVA AHMAD, CPF nº 379.***.***-49. Objeto: alterar as CLÁUSULAS DÉCIMA - DO PAGAMENTO e DÉCIMA PRIMEIRA - DA GLOSA. Vigência a partir de 08/01/2026. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado ALIA SILVA AHMAD. Processo nº 0.03.000.004309/2025-23.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.002/2025

Termo de Credenciamento nº 1002/2025, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e SERMAF - SERVIÇO DE RADIOLOGIA MAXILO FACIAL LTDA, CNPJ: 03.797.525/0001-98, para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 0.03.000.036152/2025-03. Vigência: 08/01/2026 a 07/01/2031. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e ANTÔNIO ROGÉRIO DA SILVA (Diretor Administrativo Substituto) e pelo Credenciado MARCIO DE ALEXANDRINO (Diretor).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 804/2025

Termo de Credenciamento nº 804/2025, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o CEFÉ - CENTRO FONOAUDIOLÓGICO DE EXCELÊNCIA LTDA, inscrito no CNPJ 07.887.932/0001-47. Objeto: prestação de Serviços Paramédicos. Processo: 0.03.000.032361/2025-70. Vigência: 60 (sessenta) meses, contados a partir de 13/01/2026, a saber, de 13/01/2026 a 12/01/2031. Assinatura: pelo Credenciante: SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO, Diretora Executiva Adjunta e HERBERT DUTRA DA SILVA, Diretor Administrativo; pelo Credenciado: ALINE CARVALHO CAMPANHA, Representante Legal.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2026

Processo nº: 0.03.000.000198/2026-67. Objeto: Abertura de Notas de Empenhos para pagamentos das despesas de Assistência Médica e Odontológica dos Beneficiários do PLAN-ASSISTE/MPU. Fundamento Legal: Artigo 74, Caput, da Lei nº 14.133 de 01/04/2021. Justificativa: Inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade de 13/01/2026, Antônio Rogério da Silva, Diretor Administrativo - Substituto. Ratificada em 13/01/2026 por Sandra Cristina de Araújo, Diretora Executiva Adjunta. Valor Global: R\$ 219.800.000,00, CNPJ 26.989.715/0069-09, Secretária do Programa de Saúde e Assistência Social do MPU.

Tribunal de Contas da União

EXTRATO DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

a) Espécie: Memorando de Entendimento entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD); b) Processo: TC 024.638/2025-0; c) Objeto: Colaborar e cooperar na realização de atividades voltadas para o aprimoramento e a consolidação das capacidades institucionais, técnicas e organizacionais relacionadas à implementação da reforma tributária brasileira e seus impactos; d) Vigência: Os Participantes pretendem cooperar conforme estabelecido neste Mde por um período inicial de cinco (5) anos; e) Data de assinatura: 13/01/2026; f) Signatários: Pelo TCU, Juliana Pontes de Moraes, Secretária-Geral de Controle Externo, e pelo BIRD, Cécile Fruman, Diretora para o Brasil.

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL
SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 2-TCU/SEPROC, DE 14 DE JANEIRO DE 2026

Processo TC 003.173/2025-9 -

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA Eletronor Construções Ltda., CNPJ: 05.099.926/0001-08, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres da Fundação Nacional de Saúde referente ao(s) valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 12/1/2026: R\$ 171.843,84, em solidariedade com o responsável João Dilmar da Silva, CPF 041.258.433-68.

O débito decorre da seguinte irregularidade: pagamentos por serviços não executados, o que caracteriza infração à(s) norma(s) a seguir: art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93 do Decreto-lei 200/1967; art. 66 do Decreto 93.872/1986; art. 62 da Lei 4.320/1964; art. 66 da Lei 8.666/93.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 12/1/2026: R\$ 183.169,63; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Nos termos do art. 39, § 3º, da Resolução-TCU nº 360, de 25/10/2023, os prazos processuais, incluindo os referentes à interposição de recursos, suspendem-se durante o período de recesso do Tribunal (neste ano, de 17/12/2025 a 16/1/2026), à exceção dos relacionados à adoção de medida cautelar e dos relacionados à Instrução Normativa-TCU 81/2018, de 20/6/2018.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretária de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadan@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

Defensoria Pública da União

DEFENSORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

EDITAL - DPU/OFPI DNDH - Nº 3, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL titular da Atuação Especial Nacional em Proteção aos Povos Indígenas Isolados (OFPI - DNDH), no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, TORNA PÚBLICO o resultado final e a homologação do Processo Seletivo Simplificado para Residentes Jurídicos, realizado conforme o Edital DPU/OFPI-DNDH nº 01, de 15 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2025, destinado ao preenchimento de 01 (uma) vaga do Programa de Residência Jurídica, com lotação na OFPI-DNDH, nos termos a seguir:

1. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

1.1 Fica homologado, para todos os fins administrativos, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para Residentes Jurídicos.

1.2 Candidata aprovada: Brisa Libardi de Souza.

2. DA CONVOCAÇÃO

2.1 A candidata aprovada será convocada a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação do presente edital, por meio de e-mail institucional e/ou telefone, pela Secretária da Atuação Especial Nacional em Proteção aos Povos Indígenas Isolados (OFPI-DNDH), para a celebração do Termo de Compromisso e apresentação da documentação exigida no item 5.4 do edital de abertura.

2.2 A candidata deverá encaminhar toda a documentação exigida no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação.

2.3 O não envio da documentação no prazo estipulado, bem como a ausência de manifestação da candidata, implicará a perda da vaga, facultada à Administração a adoção das providências cabíveis, nos termos do edital de abertura e da legislação aplicável.

RENAN VINICIUS SOTTO MAYOR DE OLIVEIRA

